

Reestruturação Produtiva e as novas configurações das Cidades Médias Potiguares: Estudo Preliminar sobre Pau dos Ferros-RN

Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas

Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio Grande. E-mail: joseneyqueiroz@uern.br.

Maria do Livramento M. Clementino

Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte na área de Planejamento Urbano e Regional. E-mail:

Resumo

Este trabalho se remete ao estudo do processo de reestruturação produtiva e suas implicações para a (re) configuração das cidades médias potiguares, especialmente para Pau dos Ferros. Ressalta-se que no Brasil, foi durante a década de 1980, que ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, ficando a década seguinte responsável pelo processo de intensificação e implantação de vários receituários ditos “flexíveis”. As mudanças no padrão de acumulação mundial, concomitante à crise do Estado, contribuem para acentuar a clássica dualidade estrutural em nosso país, interrompendo a desconcentração das atividades produtivas posta em prática com recursos públicos a partir dos anos 1970, ficando as principais decisões nas mãos do mercado. No Rio Grande do Norte, os investimentos continuam imprimindo o caráter concentrador de outrora, sobretudo se considerado que o processo de desconcentração anteriormente iniciado foi limitado. Investimentos que se centram no Litoral Oriental, local onde fica Natal, e em Mossoró. Consequentemente, as demais regiões, ficam excluídas dos projetos de investimento Estatais e/ou do capital privado. Apesar dessa concentração, cidades como Pau dos Ferros tem se destacado como centro intermediário e assumido importante papel, no que se refere à prestação de serviços como educação, saúde e um comércio varejista diversificado.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva, Estado, urbanização, Pau dos Ferros.

1 INTRODUÇÃO

Em fins do século XX, observou-se uma aceleração do processo de internacionalização dos circuitos econômicos, e, mais recentemente, dos circuitos financeiros, que tem minimizado a capacidade decisória de os centros nacionais comandarem os seus próprios destinos em termos espaciais, fato que se acentua em países continentais, como o Brasil, que convivem internamente com grandes heterogeneidades regionais, agravando mais ainda as “marcas do subdesenvolvimento desigual, excludente e segregador” (BRANDÃO, 2007, p. 35).

Referimo-nos aqui a alguns movimentos que aceleraram o ritmo de reprodução do capital pós 1970, que não só puseram abaixo as formas até então vigentes de produção, como transformaram toda a dinâmica da economia mundial, com a implantação de um modelo de produção mais “flexível” sob o aporte liberalizante, e de hegemonia do “rentismo”.

Quando no início da década de 1970, o padrão produtivo vigente taylorista/fordista se vê estruturalmente comprometido, e começa a dar sinais de esgotamento, não só viram-se sinais de uma crise estrutural, mas a implantação de um vastíssimo processo de reestruturação produtiva, no qual o capital visando recuperar o seu ciclo reprodutivo passou a instaurar novas formas de acumulação, mais flexíveis, o que ocasionou várias transformações no processo produtivo como um todo.

Ressalta-se que no Brasil, foi durante a década de 1980, que ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, ficando a década seguinte responsável pelo processo de intensificação e implantação de vários receituários ditos “flexíveis”. Se por um lado, esse processo fez emergir um novo paradigma tecnológico, por outro trouxe consigo, um processo de concorrência desenfreada, de conseqüências incalculáveis. Em segundo, e não menos importante, percebe-se no campo *político-ideológico* o surgimento de medidas voltadas à redução do papel regulador do Estado, utilizando como base as políticas de cunho neoliberal, através das quais o papel desempenhado pelo Estado brasileiro, tem se caracterizado por redimensionar e implementar um conjunto de reformas orientadas para o mercado e uma adaptação passiva às novas configurações do capitalismo contemporâneo.

É sob uma âncora ideológica direcionada a esse fenômeno, que ganha corpo uma vasta literatura internacional, aceita por grande parte dos intelectuais e políticos brasileiros, para a qual ^{1 2} é necessário apenas cumprir os preceitos desse novo imperialismo, da “partilha dos lugares eleitos”, adaptando-se ao novo modelo, para tornar-se um espaço competitivo e merecedor da confiança dos agentes econômicos mais poderosos. O importante a considerar é que esse pensamento tem invadido as discussões do desenvolvimento regional e urbano, negando as mediações entre o global e o local, e, conseqüentemente, negligenciando as questões estruturais do país e suas especificidades regionais, assim como o entendimento das transformações macroeconômicas e suas influências no âmbito do local. Para Brandão, “A concepção de que a escala local tem poder ilimitado invadiu o debate sobre o desenvolvimento regional e urbano, no Brasil e no mundo” (2007, p. 37).

Esse pensamento tem negado a existência da política, dos conflitos, das classes sociais, negado, enfim, todas as questões estruturais, que, a nosso ver, se fazem

¹ Referimo-nos aqui à queda do modelo taylorista/fordista em fins dos anos de 1960, cujas principais características eram o controle e a gerência científica, produção e consumo de massas, padronização dos produtos, controle estatal sobre os conflitos capital/trabalho. (HARVEY, 1989).

² Acerca dos aspectos regressivos das reformas feitas pelo Estado brasileiro a partir do governo de Fernando Collor de Melo até os dias atuais, consultar Behring (2003).

imprescindíveis de análise, quando observamos que atualmente a divisão inter-regional e internacional do trabalho se subordinam aos imperativos racionalizadores e de reconstrução de reprodução do capital, que tem restabelecido forçosamente os seus espaços geográficos de valorização (HARVEY, 2006).

Ambos os fenômenos acima descritos tem influenciado diretamente a distribuição espacial da produção e, conseqüentemente, da riqueza. De acordo com Pontes (2006), a organização espacial dos últimos 30 anos no Brasil tem sido reflexo de um modelo de desenvolvimento que privilegiou determinados pontos do espaço como objeto de investimento. Sabe-se que esse modelo concentrou as atividades produtivas em algumas metrópoles, para as quais também migrou uma grande parcela da população do país.

Diferentemente dessa âncora ideológica propalada internacionalmente, partimos do pressuposto de que a acumulação capitalista aperfeiçoa seus instrumentos, mobiliza a divisão social e material do trabalho, sempre em benefício da valorização do valor. Partilhamos da concepção de Brandão (2007) de que é preciso resgatar os determinantes maiores da lógica da acumulação do capital para entender essa atual onda de mundialização capitalista e o papel que desempenham nesse novo contexto, o local, a região e o espaço nacional.

Não podemos, entretanto, deixar de lado a experiência brasileira posta em prática a partir da década de 1970, no sentido de desconcentrar a produção criando novos espaços de investimento no interior dos estados, em cidades de porte médio, posteriormente denominadas de „cidades médias”³. Desconcentração esta, na maioria dos casos, obstruída pelo novo modelo econômico que tem privilegiado a re-concentração da produção, e dos serviços nas grandes metrópoles.

É notória a existência de uma gama de análises referentes às metrópoles e às grandes cidades, o que não ocorre da mesma forma com as cidades menores, especialmente com as cidades do interior do Nordeste. Concordamos com Moraes (1999), quando afirma que essas cidades de porte médio apresentam algumas características peculiares: não tem o ritmo agitado, nem o arsenal de equipamentos das grandes cidades, nem seu raio de influência, mas também não podem ser comparadas com cidades cujo raio de influência restringe-se aos limites do seu próprio município.

Com base no exposto, e diante de um reduzido número de estudos dessa natureza e com esse recorte na região Nordeste, e, em especial, no Rio Grande do Norte, nos propomos a estudar essas cidades. Ressalte-se ainda a inexistência de estudos sistematizados sobre a dinâmica econômica da região do Alto Oeste e, em especial, sobre Pau dos Ferros.⁴

É nessa perspectiva que direcionamos nossa pesquisa para o município de Pau dos Ferros, localizado em pleno semi-árido nordestino, no Alto Oeste Potiguar, distante 400 km da capital do Estado. A escolha de Pau dos Ferros como área de estudo se deu pelo fato de essa cidade exercer uma importância geo-econômica fundamental no interior do estado do Rio Grande do Norte, liderando uma microrregião composta por 239.786

³ Existem vários conceitos e metodologias para se definir o que seja uma Cidade Média, entretanto optamos pela proposta apresentada por Corrêa (2007), segundo a qual a definição de cidade média deve estar atrelada à combinação do tamanho geográfico com funções urbanas e organização do espaço intra-urbano. Também utilizamos como referência a classificação do IBGE (2008), no último REGIC, que utiliza a região de influência da cidade como parâmetro para a definição da hierarquia dos centros urbanos.

O que se tem de mais elaborado é um relatório técnico do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Alto Oeste (PDSAO), publicado em 2006, do qual participamos representando a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* de Pau dos Ferros.

habitantes^{5 6}, além de ser um município favorecido por uma corrente e concentração de fluxo de população, mercadorias e dinheiro, que circunda uma região fronteira entre os Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba.

Essa característica de centro de serviços e comércio diversificado foi fundamental para que Pau dos Ferros, mesmo com um contingente populacional pequeno em relação a outras cidades potiguares, ascendesse na rede urbana brasileira, de acordo com o último REGIC, de Centro Sub-Regional B para Centro Sub-Regional A, equiparando-se no Rio Grande do Norte a cidades como Caicó e à frente de cidades com PIB e população bem superiores, como Açu e Currais Novos (IBGE, 2008).

Como a maioria das cidades do interior do Nordeste, a cidade de Pau dos Ferros teve sua origem na circulação do capital mercantil, primeiro pela expansão da pecuária, através dos chamados caminhos do gado; depois, com a expansão da produção algodoeira, que assume posição importante para a comercialização do algodão do Alto Oeste Potiguar, bem como de algumas cidades do interior da Paraíba, que atravessam a cidade em direção a Mossoró.

Com a crise algodoeira, a região do Alto Oeste perde seu principal produto agrícola, e, como a maioria dos municípios potiguares, enfrenta diversos problemas. Essa redução do setor primário e o aumento das transferências públicas institucionalizadas após a Constituição de 1988 fazem com que o setor de comércio e serviços tenha sua participação relativa aumentada.

Pau dos Ferros não ficou imune a esse fenômeno, pois, além de ser caracterizado como um município eminentemente urbano, uma vez que mais de 90% de sua população reside em sua sede, a economia do município é sustentada pelo setor terciário (comércio e serviços públicos e privados), já que este setor tem sido responsável por mais de 75% do PIB municipal (IBGE, 2008).

Ao concentrar vínculos econômicos e estabelecer relações de transações comerciais com aproximadamente 40 municípios no entorno, Pau dos Ferros se configura como centro regional em expansão da microrregião supracitada, polarizando toda essa unidade espacial e apresentando um crescente movimento pendular de pessoas que vem em busca da grande disponibilidade de serviços públicos e comerciais existentes na cidade.

Essas características só vêm reafirmar a relevância de se desenvolver um estudo que privilegie a dinâmica espacial urbana de Pau dos Ferros com foco nas suas dimensões econômicas, sociais e políticas, e suas relações de influência com uma região que ultrapassa as fronteiras geográficas do estado do Rio Grande do Norte, ao atingir municípios fronteiriços do Ceará e da Paraíba.

Diante da posição que Pau dos Ferros ocupa na rede urbana potiguar, na qual se destaca como centro sub-regional nível A, e da sua ampla região de influência que ultrapassa os limites do Estado Potiguar, permitindo tratá-la como “região de fronteira”, partimos do pressuposto que Pau dos Ferros apresenta diversas características presentes nas cidades médias, constituindo-se numa Cidade Média em formação.

⁵ Soma da população dos 37 municípios que compõe a Microrregião do Alto Oeste, localizada no extremo Oeste do Rio Grande do Norte, conforme Contagem Populacional do IBGE (2007).

⁶ No topo da hierarquia estão as metrópoles, que se constituem nos 12 principais centros urbanos do país; em seguida as capitais regionais, 70 centros que se relacionam com o extrato superior da rede urbana, no Rio Grande do Norte, encontram-se nesta categoria Natal (nível A) e Mossoró (nível C); em terceiro lugar na hierarquia estão os centros sub-regionais, 169 centros com atividades de gestão menos complexa, estão nesta categoria Caicó e Pau dos Ferros (nível A) e Açu e Currais Novos (nível B). No REGIC 2000, Pau dos Ferros era classificado como Centro Sub-Regional B. (IBGE, 2008, p. 11-13).

Tal pressuposto tem como base a conceituação proposta por Corrêa (2007) a qual foi utilizada na classificação das cidades realizada pelo último REGIC. De acordo com o autor existem três elementos “essenciais” na definição de uma cidade média: a presença de uma elite empreendedora; a localização do município que facilite a circulação de pessoas, mercadorias,⁷ serviços e capitais; e, interações espaciais que permitam a conexão com redes globais, regionais e locais. A partir desses elementos o autor propõe ainda uma tipologia preliminar para as cidades médias: lugar central, centros de drenagem da renda fundiária e centros de atividades especializadas.⁸

Com fins a alcançar os resultados propostos, temos como primordial estudar a dinâmica sócio-econômica de Pau dos Ferros, com fins a compreender as relações estabelecidas entre este município e sua região de influência.

Para essa investigação, vamos recorrer ao pensamento de autores como Faria (1978) e Brandão (2007), para os quais o estudo do urbano exige a análise de situações concretas a partir de objetos teóricos bem definidos. A proposta de análise encadeada pelos autores nos permitirá compreender os fenômenos em suas múltiplas causalidades, bem como, e principalmente, no que se refere à totalidade do fenômeno urbano.

Considerando a cidade de Pau dos Ferros e o seu papel de centro sub-regional que polariza uma região com mais de 40 municípios, trabalharemos com a proposta de estudar e planejar o urbano como produto de uma dinâmica sócio-econômica que transcende os limites do urbano, numa perspectiva histórica que leve em consideração as relações entre o campo e a cidade. Tal proposta “requer a compreensão de que o avanço da urbanização decorre tanto do incremento de uma economia urbana como da própria transformação do mundo agrário” (CLEMENTINO, 1995, p. 26).

Diante disso, o fio condutor da nossa análise serão as transformações ocorridas no padrão de acumulação, o modo como esta vem redefinindo a divisão do trabalho social e como essa redefinição afeta de modo diferente a inserção das diversas regiões brasileiras na dinâmica recente de acumulação de capital. Para tanto, será necessário sistematizar os resultados destes processos sobre a ampliação, diferenciação e integração do sistema urbano brasileiro, com ênfase nos estudos referentes às cidades de porte intermediário, as Cidades Médias.

2 MUDANÇAS NO PROCESSO PRODUTIVO E SEUS IMPACTOS NA (RE) ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O capital com fins de recuperação iniciou um processo de reorganizar não só o processo produtivo, mas também de manutenção de sua hegemonia nas variadas esferas da sociedade. De início, o que se observa no último quartel do século XX, é que alguns movimentos aceleraram o ritmo de reprodução do capital e reduziram a capacidade de ação dos Estados nacionais. A emergência de um novo paradigma prejudicou ainda mais o engajamento das economias subdesenvolvidas, devido à mundialização do capital e às reformas liberalizantes daí originárias. De acordo com Chesnais (1996), o “padrão sistêmico da riqueza” passou a ser, desde os anos de 1970, a financeirização, com a supremacia do capital financeiro provocando maiores desequilíbrios e instabilidades nos países em desenvolvimento, alvos fáceis de ataques especulativos.

No âmbito produtivo e de organização do trabalho, as transformações se

⁷ O gado foi “a matriz do sistema urbano potiguar e seus velhos caminhos as raízes das grandes regiões do Estado” (CLEMENTINO, 1995 p. 95).

⁸ A conceituação e definição das Cidades Médias será apresentada de forma mais detalhada no item 2 deste ensaio, que trata da urbanização brasileira e da constituição das cidades médias.

enquadraram com a introdução no próprio processo, de novas técnicas de gestão, seguidas da utilização de tecnologias e equipamentos avançados, no sentido de superar as práticas dos modelos taylorista/fordista; e conseqüentemente anunciar o aparecimento de modelos alternativos, com destaque ao “Toyotismo” ou modelo Japonês. Além deste modelo, temos as experiências na Califórnia, Norte da Itália, Suécia e Alemanha. (ANTUNES, 1998).

Essa transição de modelos produtivos pode ser considerada produto da constituição de empresas, que operam cada vez mais em rede, e voltada à diferenciação dos produtos, num ambiente de acirrada concorrência intercapitalista. Vários autores têm analisado como o desenvolvimento espetacular dessas novas técnicas que reduzem o tempo e eliminam a distância, além da crescente financeirização da riqueza e outras características da chamada produção flexível tem viabilizado um espaço mundial de acumulação. (VELTZ, 1999; SASSEN, 1998; dentre outros).

Sem dúvida, a temporalidade e as espacialidades da riqueza social foram alteradas de forma significativa, entretanto, se fazem necessárias ao estudo dos recortes regionais e urbanos algumas questões.

Para Brandão (2007), é preciso retematizar as complexas articulações entre desenvolvimento e território, e para isso é importante refletir sobre essa nova onda de mundialização do capital, principalmente sobre duas questões: houve alguma alteração nas formas de subversão ou aprimoramento do uso que o capital sempre fez das escalas espaciais? Qual o papel desempenhado nesse novo contexto pelo local, pela região, pelo espaço nacional?

É fato que o capitalismo aperfeiçoou seus instrumentos e aumentou a agilidade das escalas e da utilização do espaço.

A celeridade e a dimensão das revitalizações, desvalorizações de capitais e lugares, ‘desindustrializações’, realocações regionais, etc. são impressionantes. Surgem novas interdependências, vínculos mercantis e não-mercantis, setoriais e territoriais, que redefinem circuitos produtivos regionais/locais [...] atualizam-se e desatualizam-se fluxos de mercadorias e redes de poder com grande rapidez. (BRANDÃO, 2007, p. 52)

Por outro lado, precisamos entender as poderosas contradições existentes nesse processo, uma vez que a redução das barreiras espaciais não implica em queda da significância do espaço, como local de produção e acumulação do capital. Para Harvey (1989, p.276), “quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital”.

Como resultado dessa contradição, temos a fragmentação da insegurança e do desenvolvimento desigual no interior de uma economia globalizada que tem convivido historicamente com a tensão entre centralização e descentralização, a qual pode aparecer de várias maneiras. Concordamos com a afirmação de que “o capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual sua coerência” (BRANDÃO, 2007, p. 54).

Para Carvalho, o processo de acumulação flexível favoreceu a constituição de um território em rede, diferente do formato anterior, no qual cidades, pólos e regiões transformaram-se em pontos e nós de fluxo de uma rede imensa e articulada, até certo ponto independentes das fronteiras nacionais, transformando-se em “espaços nacionais da economia internacional, onde grandes empresas valorizam seus capitais em um número crescente de áreas e atividades, produzindo rápidas mudanças na divisão territorial do trabalho”. (CARVALHO, 2006, p. 11).

Ainda para a autora, como os fluxos econômicos já não se dirigem mais para os locais onde os recursos são abundantes, mas para os grandes pólos urbanos, produz-se “um movimento de diferenciação e homogeneização que torna o território cada vez mais homogêneo em grande escala e fracionado em pequena escala”. (CARVALHO, 2006, p. 11).

Como já mencionado anteriormente, a reformulação do papel do Estado com base nas privatizações de empresas estratégicas e na adaptação do suporte legal para atender às novas demandas do capital, principalmente no que tange à flexibilização das leis trabalhistas e à desregulamentação do setor financeiro, deixa-o mais propenso a crises e o retira de funções clássicas do período anterior tais como a promoção de uma melhor distribuição da riqueza (estado do bem-estar social), e a desconcentração espacial da riqueza (indução do desenvolvimento de regiões mais pobres). Em outras palavras a mudança na estrutura e no papel do Estado, além dos impactos na área social, produz também significativos impactos territoriais.

Dentre esses impactos ressaltamos a revitalização do papel das grandes metrópoles, uma vez que, mesmo não sendo mais o centro industrial, continua a ser o centro financeiro e de comando da economia, bem como as responsáveis pela oferta dos serviços especializados.

De acordo com (CARVALHO, 2006, p. 11),

As metrópoles modernas transformaram-se em sítios estratégicos para as operações econômicas globais de seus países, [...] concentrando as funções de mando, as atividades financeiras e serviços especializados como seguros, consultoria, publicidade ou informática, além da produção imobiliária.

As transformações vistas no âmbito mundial chegaram ao Brasil em meio a um período de estagnação e crise da economia ocorrida na década de 1980, o que repercutiu em um aprofundamento do atraso tecnológico, inclusive, nos setores mais dinâmicos, que, em sua grande maioria, são controlados por empresas transnacionais.

Na concepção de Gonçalves, o atraso tecnológico e organizacional do Brasil, que se acumula ao longo da última década, é decorrência, principalmente, de um ambiente permissivo encontrado no mercado interno. “Os grandes grupos privados nacionais e as empresas transnacionais utilizam-se de estratégias de conglomeração, explorando oportunidades de mercado, que existem mesmo numa situação de crise econômica, de forma a continuar mantendo o processo de acumulação” (1994, p.130).

Esses fenômenos, juntamente com a abertura comercial promovida de forma mais intensa a partir da década de 1990, fez com que, muitos setores da economia nacional comesçassem a se enquadrar nesse novo padrão produtivo internacional, que já se instalava nos países desenvolvidos desde a década de 1970, quando o capitalismo passou por uma crise estrutural. (DANTAS & SILVA, 2007)

Tanto no âmbito nacional como global, a tendência à desindustrialização das áreas industriais tradicionais tem sido uma das características principais desse novo modelo. Segundo Pontes (2006), essas tendências estariam sinalizando processos de reorganização do modelo territorial fordista como resultados da redefinição regional do trabalho. Para a autora, o paradigma pós-fordista implicou a “substituição das economias de escala pelas economias de ‘diversidade’” estas últimas estruturadas a partir de demandas segmentadas com grande diferenciação entre os produtos os quais são orientados ao consumo individualizado e com pouco tempo de vida útil, tanto em termos de funcionalidade quanto de tecnologia.

Grandes regiões industriais foram edificadas em torno de atividades industriais que hoje estão em acentuado declínio (siderurgia, metalurgia, metal mecânica,

têxtil, etc.), enquanto os setores emergentes (eletrônica, telecomunicações, novos materiais, química fina, biotecnologia, etc.) não tinham maior significado, ou compromisso com tais áreas. (PONTES, 2006, p. 334).

Essas mudanças, portanto, não afetam apenas as áreas mais dinâmicas do país, têm atingido também nas demais regiões, como é o caso do Nordeste Brasileiro que vinha sendo beneficiado com o processo de desconcentração implantado nas décadas de 1970 e 1980.

Antunes (2007) afirma que no Brasil, durante a década de “*desertificação neoliberal*”, pudemos presenciar dois movimentos, o primeiro tendo por base a pragmática desenhada pelo Consenso de Washington, com uma reestruturação produtiva em todo o âmbito industrial e de serviços, como também, um segundo que tem como conseqüências uma nova divisão internacional do trabalho, que fez emergir processos novos de reterritorialização e desterritorialização da produção.

A incorporação dos novos recursos tecnológicos ao processo de trabalho tem impactos diretos para os trabalhadores, tanto os industriais, quanto os que atuam nos demais setores. Dentre os vários impactos da reestruturação produtiva no “*mundo do trabalho*”, destacamos a desregulamentação, flexibilização e fragmentação do mercado de trabalho, a precarização dos contratos, a redução de direitos, aumento da subcontratação e de ocupações em tempo parcial, além do crescimento do desemprego e da informalidade.⁹

3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS.

Na economia colonial o urbano era caracterizado pela baixa diversificação social e produtiva, restrita divisão social do trabalho e limitada subordinação do campo pela cidade. A vida urbana desenvolvia-se à sombra do domínio patriarcal de modo que a formação dos complexos regionais no Brasil ocorreu de forma dispersa tanto em termos econômicos como populacionais.

Somente no último quartel do século XIX, uma potente acumulação mercantil interna vai desenhar um espaço interno de valorização do capital e dar início a uma maior articulação da rede urbana nacional.

Antes de 1930, a economia nacional não era integrada e cada uma de suas regiões havia tido uma história e uma trajetória econômica específicas que lhe deixaram uma herança cultural, demográfica e econômica - notadamente a da estrutura de propriedade e da renda - demarcadora de diferentes graus de pobreza absoluta e relativa e de diferentes estruturas produtivas (CANO, 1998, p. 312).

Apesar de ter início nas primeiras décadas do Século XX, o processo de urbanização acelera-se no Brasil a partir da década de 1960, mesmo período em que o processo de industrialização é acentuado, por meio do financiamento do então “estado desenvolvimentista”. A estrutura produtiva do país se modernizou, mas essa modernização se mostrou desigual e excludente, tanto em termos espaciais, como sociais. Em outras palavras, o processo de urbanização recente da economia brasileira se deu sob os impactos da industrialização com todas as características de um país periférico.

A industrialização, ou melhor, a acumulação capitalista ancorada na

⁹ Para maior aprofundamento dessa questão, ver HARVEY (1989); ANTUNES (1998) e (2000), POCHMMAN (2004), dentre outros.

produção industrial, ao ir redefinindo o modo de inserção das diversas áreas regionais no quadro da divisão do trabalho, transforma a estrutura social e reestrutura a rede urbana pré-existente, integrando-a e redefinindo a posição e a função dos diferentes nódulos do sistema urbano brasileiro. (FARIA, 1978, p. 99-100).

Para Carvalho (2006), a divisão inter-regional do trabalho resultante da integração do mercado nacional acentuou as desigualdades inter e intra-regionais no Brasil, concentrando o desenvolvimento e a riqueza em uns poucos espaços e metrópoles do centro-sul.

Para a maioria dos estudiosos da questão regional no Brasil, quando se acentuou o processo de integração do mercado nacional, distinguiram-se claramente duas regiões com características diversas: uma com a economia diversificada, inclusive uma indústria em crescimento; e outra praticamente estagnada, reproduzindo relações arcaicas de produção.¹⁰

Importante ressaltar que apesar dos esforços empreendidos pelo setor público através da criação de órgãos de planejamento regional, dentre os quais podemos destacar a SUDENE, no sentido de desconcentrar a produção e a riqueza para outras regiões do país, os resultados ficaram muito aquém do esperado. Houve desconcentração das indústrias com a expansão de vários segmentos para outras regiões, entretanto essa expansão não trouxe para a região os benefícios tão esperados e propalados à época.

De acordo com Andrade, Serra e Santos (2001), as atividades mais modernas, mais dinâmicas e de maior produtividade continuaram concentradas espacialmente, apenas as de menor conteúdo tecnológico foram distribuídas.

Em termos sociais,

[...] as disparidades acentuaram-se, principalmente se comparadas ao padrão de vida da população das outras regiões ou mesmo à média nacional. Em 1990, 29% da população brasileira moravam na região Nordeste, no entanto, esta região possuía 55% dos analfabetos do país, 55% dos indigentes, 45% das famílias pobres, e 50% das pessoas com consumo calórico muito baixo. (DANTAS, 2007, p. 8)

Essa concentração da produção e da riqueza e o conseqüente processo de migração que a acompanhou, impulsionou à elaboração de políticas de desconcentração que visavam fortalecer cidades de médio porte no sentido de conter os fluxos migratórios e amenizar os problemas tipicamente urbanos que começavam a preocupar os moradores das grandes cidades, como o problema das moradias, por exemplo.

É nesta perspectiva que os estudos sobre as cidades médias e sua importância para economia e para a sociedade como um todo, ganham destaque no meio acadêmico e na elaboração de políticas públicas, especialmente, as políticas de planejamento urbano e regional no Brasil a partir dos anos 1970.

Na época, foram elaborados alguns atributos para a definição de quais cidades seriam consideradas cidades médias. Amorim Filho e Serra (2001) sintetizam esses atributos em: interações constantes com seu espaço regional subordinado e aglomerações superiores; tamanho demográfico suficiente para desempenhar o papel de centro de crescimento regional; capacidade de receber e fixar migrantes servindo como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades; e diferenciação do espaço intra-urbano, com centro funcional e uma periferia dinâmica.

¹⁰ A discussão sobre as disparidades regionais não será tratada neste ensaio, entretanto quem tiver interesse em se aprofundar nessa questão sugerimos, dentre outros: ARAUJO (1995) e (2000); CANO (1998) e OLIVEIRA (1993).

Para os autores, esses atributos refletem algumas das razões pelas quais a preocupação com as cidades médias tenham adquirido visibilidade e amplitude nas discussões e na política nos anos 1970, uma vez que, os principais objetivos das políticas urbanas implantadas no período buscavam: promover maior equilíbrio interurbano e inter-regional; interromper o fluxo migratório para as grandes cidades; e multiplicar os postos avançados da expansão do sistema capitalista. (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 9).

Essa política de desconcentração que resultou em certo fortalecimento das cidades médias foi interrompida na década de 1980, em grande parte como resultado da crise instalada na economia do país, a partir da qual, a política governamental passa a priorizar a estabilidade monetária em detrimento da continuidade do projeto de desenvolvimento econômico regional.

Essas mudanças, portanto, não afetam apenas as áreas mais dinâmicas do país, causam impactos também nas demais regiões. A partir de meados dos anos 1980 e, principalmente na década de 1990, a crise e a instabilidade econômica interromperam as transformações que vinham ocorrendo na distribuição regional da indústria, fazendo com que o processo fosse de certa forma, revertido; ou seja, o processo de desconcentração foi paralisado, voltando a produção a se reconcentrar nas áreas mais dinâmicas do Centro-Sul do país.

Nesse sentido, Araújo (2000) afirma que as mudanças políticas e econômicas ocorridas no âmbito nacional tendem a romper a prioridade dada à montagem de uma base econômica que ia lentamente desconcentrando atividades para as regiões periféricas. “A crise do Estado, principal incentivador das políticas regionais, deixou as decisões dominantes para serem tomadas pelo mercado o que causou interrupção do movimento de desconcentração” (p. 221-22).

Esse fenômeno torna-se mais grave quando se verifica a guerra fiscal entre os Estados para consolidar alguns pontos de dinamismo em suas áreas de atuação. As regiões transformam-se em plataformas para atrair investimentos e a ação pública passa a subsidiar custos de implantação.

Estabelece-se um verdadeiro certame de localização, em uma interminável contenda por estabelecer uma posição máxima na gradação de ofertas tributárias, de terras e infra-estrutura etc. O receptor das benesses (a grande empresa) é quem determina o final do torneio e define o vitorioso da guerra entre lugares. (BRANDÃO, 2007, p. 49)

No Nordeste, destacam-se entre as áreas dinâmicas o pólo petroquímico de Camaçari na Bahia, o pólo têxtil e de confecções em Fortaleza, o complexo minero-metalúrgico de Carajás, o pólo agroindustrial de Juazeiro/Petrolina, as áreas de moderna agricultura de grãos no Cerrados, o pólo de fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte, e os diversos pólos turísticos nas principais cidades litorâneas.

Nas áreas tradicionais, como as zonas canavieira e cacaueteira, persiste a resistência às mudanças. No semi-árido a crise do algodão piora a já difícil sobrevivência da população que habita os espaços dominados pelo complexo pecuário/agricultura de sequeiro, além do agravamento da questão fundiária. (ARAÚJO, 2000).

Essa opção dos grupos econômicos trabalharem apenas nos espaços mais dinâmicos, sem que o Estado contrabalance essa tendência, faz com que o recorte macro-regional torne-se insuficiente para explicar a diferença entre os vários espaços, de modo que cada grande região tem pedaços competitivos e espaços em abandono, “[...] Onde o capital produtivo não constitui o setor hegemônico da economia, o Estado não se obriga, necessariamente, a viabilizar as condições de produção e reprodução do capital e da força de trabalho. (CLEMENTINO, 1995, p. 30)”.

As possíveis explicações para estas mudanças estão relacionadas às já mencionadas alterações na condução da política econômica em nível nacional e ao movimento de reconcentração às mudanças tecnológicas e à reestruturação produtiva, as quais alteraram os requisitos locais de atração das indústrias, principalmente daquelas atividades mais intensivas em conhecimento.

Entretanto, as mudanças ocorridas na economia mundial, dentre as quais destacamos o acentuado processo de internacionalização dos fluxos de capital e de mercadorias, com seus conseqüentes impactos na organização da produção, parecem ter impulsionado novamente o interesse pelas chamadas cidades médias.

De acordo com Amorim Filho e Serra (2001), as cidades médias continuam a ser valorizadas como fator de equilíbrio para as redes e hierarquias urbanas, bem como por exercer as funções de relação e intermediação com as grandes cidades e com as pequenas cidades e o meio rural.

Pontes, afirma que as cidades médias passaram por várias reformulações nos seus papéis. Na concepção da autora, a cidade média seria um “centro urbano com condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hinterlândia, bem como ela atualmente pode manter relações com o mundo globalizado, construindo uma rede geográfica superposta à que regularmente mantém com suas esferas de influência”. (2006, p. 334)

Um dos aspectos das mudanças ocorridas na estrutura de produção é o crescimento significativo do setor terciário também nas cidades médias. Devemos entender em primeiro lugar que quando falamos de setor terciário estamos tratando não apenas dos tradicionais serviços individuais e coletivos, mas também dos novos serviços, sobretudo os logísticos, de informação, de comunicação, de transporte, de educação e de turismo, entre outros.

De acordo com Pontes, deve-se analisar melhor o caráter do terciário. “Seu papel enquanto esfera particular da circulação do capital quase nunca é frisado. E, entretanto, é precisamente sob esses aspectos que a chamada terciarização pode ser melhor entendida”. (2006, p. 335).

Nesse mesmo sentido, Veltz afirma que o aumento do setor terciário não significa a substituição de uma economia industrial por uma economia de serviços, a própria forma de quantificar os serviços precisa ser revista, uma vez que muitas vezes “o crescimento dos serviços prestados às empresas está fortemente ligado à externalização crescente de atividades anteriormente integradas na organização [...], de forma que nas grandes cadeias econômicas, a produção de bens materiais e de serviços se interpenetra e se sustentam mutuamente.” (1999, p173)

Nesta perspectiva, (AMORIM FILHO E SERRA, 2001) destacam duas vertentes que emergiram com a revolução na economia, na geopolítica e nas comunicações mundiais: na primeira destaca-se o fortalecimento do papel de articulação e intermediação desempenhado pelas cidades médias como fundamental para a implantação, o desenvolvimento e a expansão de eixos e corredores de transportes e comunicações, de redes de todo tipo e de redes especiais, tais como as das tecnópolis; e na segunda incluem-se características até então não contempladas nos estudos e projetos das cidades médias, como qualidade de vida, questões relativas a patrimônio e identidade, bem como aquelas referentes a valores, motivações e preferências sociais e individuais, fortemente correlacionadas com o direcionamento de fluxos turísticos de massas humanas cada vez maiores.

Steinberger e Bruna (2001) também ressaltam a relevância do papel das cidades

médias na atual configuração da rede urbana, na perspectiva das cidades médias serem elos de ligação entre os espaços urbano e regional e entre os interesses públicos e privados.

O elo urbano-regional lhes confere papel de núcleos estratégicos da rede urbana brasileira, na medida em que congregam as vantagens do estar aglomerado no espaço e a possibilidade de estarem articuladas a um espaço regional, mais amplo, que conforma sua área de influência. [...] o elo público-privado lhes permite ao mesmo tempo satisfazer as necessidades de maximizar tanto a prestação de serviços pelo poder público como as expectativas dos investidores da iniciativa privada e dos moradores, dado que as economias de escala e de urbanização suplantam as deseconomias das grandes cidades. (STEINBERGER E BRUNA, 2001, p. 71)

O fato é que apesar de não haver projetos específicos para as cidades médias, há na literatura vigente quase um consenso sobre a importância das cidades de porte médio, ou cidades médias, que englobam desde sua relevância econômica, passando pela questão social, até questões recentemente introduzidas como melhor qualidade de vida. Mas o que realmente pode definir uma cidade como cidade média? Quais critérios são mais compatíveis com a definição das cidades médias no contexto atual.

Amorim Filho e Serra (2001) apontam alguns atributos que foram levados em conta na década de 1970 para que uma cidade pudesse aspirar à qualificação de cidade média: interações constantes e duradouras com seu espaço regional subordinado e com aglomerações de hierarquia superior; tamanho demográfico e funcional suficientes para oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado; capacidade de receber e fixar migrantes de cidades menores ou da zona rural; condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço microrregional; e diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica.

Para a definição das cidades médias no contexto atual, diante de algumas propostas existentes sobre a temática, achamos interessante trabalhar com a proposta de Corrêa (2007)¹¹ na qual o autor pressupõe que a definição de cidade média está atrelada à combinação de três fatores: tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intra-urbano.

Para o autor, tamanho demográfico significa maior ou menor economia de escala o que possibilita maior ou menor desenvolvimento de funções urbanas ou atividades básicas; inversamente, o aumento dessas funções leva ao aumento demográfico e a multiplicação de novas atividades.

Maior o tamanho demográfico e mais complexas as atividades econômicas, particularmente as funções urbanas, mais fragmentada e, por conseguinte, mais articulada será a cidade. É neste continuum que vai de minúsculos núcleos de povoamento às cidades globais, que se inserem as cidades médias, um tipo de cidade caracterizado por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organizações de seu espaço intra-urbano. (CORRÊA, 2007, p. 24-25)

Para identificar, a partir da combinação desses fatores uma cidade média, Corrêa (2007) levanta três elementos essenciais: 1) a presença de uma elite empreendedora, que estabeleça uma autonomia relativa em termos econômicos e políticos; 2) a localização do município, que ele possa se constituir em vias de circulação e nó de tráfego, no qual circulem expressiva quantidade de pessoas, mercadorias, serviços e capitais; e, 3)

¹¹ Essa proposta foi apresentada no II Simpósio Internacional “Cidades Médias: produção do espaço e dinâmicas econômicas” na UFU em 2006; e publicada no livro **Cidades Médias: espaços em transição**, em 2007.

interações espaciais complexas e multidirecionais por meio das quais tanto possam se conectar à rede global de cidades, quanto às redes locais e regionais.

O autor em pauta propõe ainda uma tipologia preliminar para as cidades médias, admitindo, entretanto possíveis combinações entre os tipos sugeridos. a) Lugar central, caracterizado por uma grande oferta de bens e serviços para as cidades do seu entorno, essas cidades são geralmente focos do comércio varejista, dominados pelo capital comercial e de serviços diversificados, ofertados pelos setores públicos e privados; b) Centros de drenagem e consumo da renda fundiária, cidades localizadas próximas a grandes propriedades ou a áreas agro-industriais, que também são prestadoras de serviços e concentram o comércio varejista, são espaços de atuação da elite fundiária; c) Centros de atividades especializadas, estes centros são caracterizados pela concentração de atividades destinadas ao mercado nacional ou internacional, conta com uma elite empreendedora que estabeleceu nichos de atividades bem sucedidas em setores específicos da indústria e/ou dos serviços.

É a partir dos elementos apontados por Corrêa (2007) e dessa tipologia, tida pelo autor como “em construção” que buscaremos entender as cidades de médio porte que vem se formando/consolidando no interior do Rio Grande do Norte.

4 AS CIDADES MÉDIAS POTIGUARES: estudo preliminar sobre Pau dos Ferros.

A existência de heterogeneidades estruturais no que diz respeito às condições de desenvolvimento nacional é uma característica de países em desenvolvimento da América do Sul, como o Brasil. Deste modo, o processo de consolidação do capitalismo foi marcado pela existência de uma região, o Sudeste, em que houve um processo de diversificação e modernização da produção, fato que não aconteceu com a mesma intensidade no Nordeste.

Vale ressaltar que a discussão somente em termos de região não mais dá conta da problemática vivenciada no Nordeste; é preciso apontar, também, as chamadas desigualdades intra-regionais. De acordo com Araújo, cada grande região tem pedaços competitivos e espaços em abandono. “A tendência é de que tenhamos dinâmicas regionais definidas crescentemente pelo mercado. Portanto, uma dinâmica seletiva, centrada nos focos de competitividade. Insisto na pergunta: quem cuida do que não é competitivo? [...] quem pensa em objetivos gerais e estratégicos? Ninguém” (2000, p. 315).

No Rio Grande do Norte, as desigualdades intra-regionais refletem-se na concentração dos investimentos em algumas áreas, mais especificamente, em dois pólos: o litoral oriental, que além de sediar a capital, conta com as atividades turísticas, industriais e comerciais e; a região de Mossoró, com a agricultura irrigada e a indústria extrativa (petróleo e sal). Enquanto isso, nas áreas não competitivas “são as aposentadorias e as transferências governamentais (FPM e ICMS) que movimentam a economia local” (CLEMENTINO, 2003, p.398).

Nessa situação, encontra-se a grande maioria dos 167 municípios que compõem o nosso estado. Destes municípios, um número significativo foi criado no século XX. “Em 1950, o RN contava com 48 municípios, elevando-se em 1960 para 83 e em 1970, para 150. Entre 1970 e 1990 apenas mais um município foi criado” (CLEMENTINO, 1995, p. 159). Os 16 municípios restantes foram criados na década de 1990, como resultado da Constituição de 1988, que “estabeleceu critérios pouco rígidos para a emancipação de distritos e criou atrativos como o Fundo de Participação dos Municípios sem exigir contrapartidas em serviços a ser prestado à população local” (CLEMENTINO, 1997, p.5).

O resultado dessa expansão é o desenfreado processo de criação de cidades¹² que tem levado ao desequilíbrio socioeconômico e populacional do estado evidenciado em algumas regiões menos favorecidas. O Alto Oeste Potiguar¹³ é um desses casos. Distante física e politicamente da capital não desenvolve atividades capazes de lhe garantir sustentação econômica e muito menos qualidade de vida para sua população. Segundo Bezerra (2008), esta região é a que concentra mais cidades por quilômetro quadrado no estado. Fato reiterado pela própria distância entre uma cidade e outra no Alto Oeste que é em torno de 20 Km.

A maioria desses municípios tinha como base econômica a agricultura, em especial a cultura algodoeira, e, após a crise do algodão nos anos 1970, não surgiram novas atividades agrícolas ou industriais que lhe dessem sustentação. Esse fato pode ser comprovado, inclusive, pela redução da participação do PIB do Alto Oeste na composição do PIB estadual de 4,42 em 1999 para 3,95 em 2002, neste mesmo ano a participação do setor de serviços no PIB foi de 75,54%. (IICA, 2006).

Em termos de rede urbana, Clementino (2003) destaca que a dinâmica recente da economia potiguar não contribuiu para a sua desconcentração, muito ao contrário, reforçou uma urbanização fortemente concentrada e polarizadora e explicitando as mesmas cidades. As transformações ocorridas de forma seletiva pouco contribuíram para corrigir distorções na fragmentada e dispersa rede urbana potiguar. As relações econômicas e funcionais entre a Grande Natal e o *hinterland* potiguar se dão sobre forte liderança de Natal, devido sua importância econômica e concentração dos serviços públicos. Os indicadores referentes à concentração da população urbana atestam o papel de centro polarizador desempenhado historicamente pela capital do Estado.

Em 1960, 62% da população do RN residia em área rural; em 1970, mais de 50% da população residia em áreas, vilas ou cidades com menos de 20 mil habitantes, com a singularidade de que dos 49% residentes em municípios com mais de 20 mil habitantes, 34,9% estavam concentrados em natal e 10,8% em Mossoró. [...] Em 1991, a população rural é muito pequena e não há indícios de modificações na rede urbana do interior. Natal, sozinha, concentra 36,3% do Estado e o aglomerado urbano de Natal, 41,7% que acrescidos à população urbana de Mossoró, que é de 11,5%, somam 53,2%. (CLEMENTINO, 2003, pp. 400-401)

Ainda de acordo com Clementino (op. cit.), os dados referentes Censo 2000 apontam uma pequena desconcentração relativa o município de Natal que reduz sua participação na população urbana do RN de 36,3% para 34,9% entre 1991 e 2000; entretanto o seu aglomerado urbano aumenta participação de 41,7% para 45,1% no período, e quando somados à população urbana de Mossoró (9,7%) passa para 54,8%.

Os dados preliminares do Censo 2010 não nos permitem fazer a comparação em termos de concentração urbana, uma vez que só está disponível a população total de cada município, mas apontam que a população potiguar continua se concentrando na capital do Estado e no seu entorno. O maior crescimento populacional em termos absolutos se deu em Natal (712.317 em 2000 para 785.722 em 2010), seguido por Parnamirim (124.690 em 2000 para 195.274 em 2010). Importante registrar que todos os municípios da região metropolitana registraram crescimento em sua população. Em contraposição, 41 municípios potiguares tiveram sua população reduzida, dentre eles cidades como Angicos localizado na Região Agreste, e Santana do Matos e Acari, no Seridó; o caso mais grave foi do município de Severiano Melo, localizado na região do

¹² Sedes dos referidos municípios.

¹³ Composta por 37 municípios, subdivididos em três micro-regiões (Pau dos Ferros, São Miguel e Umarizal), O Alto Oeste tem a maioria de sua população vivendo em cidades (61%). Apenas dois desses municípios, Pau dos Ferros e São Miguel, superam os 20 mil habitantes.

Alto Oeste que em 2000 tinha uma população de 10.579 habitantes e em 2010 conta com apenas 5.752, uma redução de quase metade da população. (IBGE, 2010).

Importante ressaltar que apesar dessa concentração da dinâmica produtiva e populacional, a rede urbana potiguar conta com quatro centros intermediários, que desenvolvem atividades menos complexas, mas que desempenham importante papel para os municípios que se encontram no entorno, principalmente no que se refere à prestação de serviços básicos como educação e saúde e ao comércio varejista; referimo-nos aqui aos centros classificados pelo IBGE como centros sub-regionais.

A classificação realizada pelo IBGE (2008) para delimitar a hierarquia dos centros urbanos privilegiou a função de gestão do território, no qual avaliou os níveis de centralidade do Poder Executivo e do Poder Judiciário e de centralidade empresarial; a intensidade de relacionamentos¹⁴, e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais.

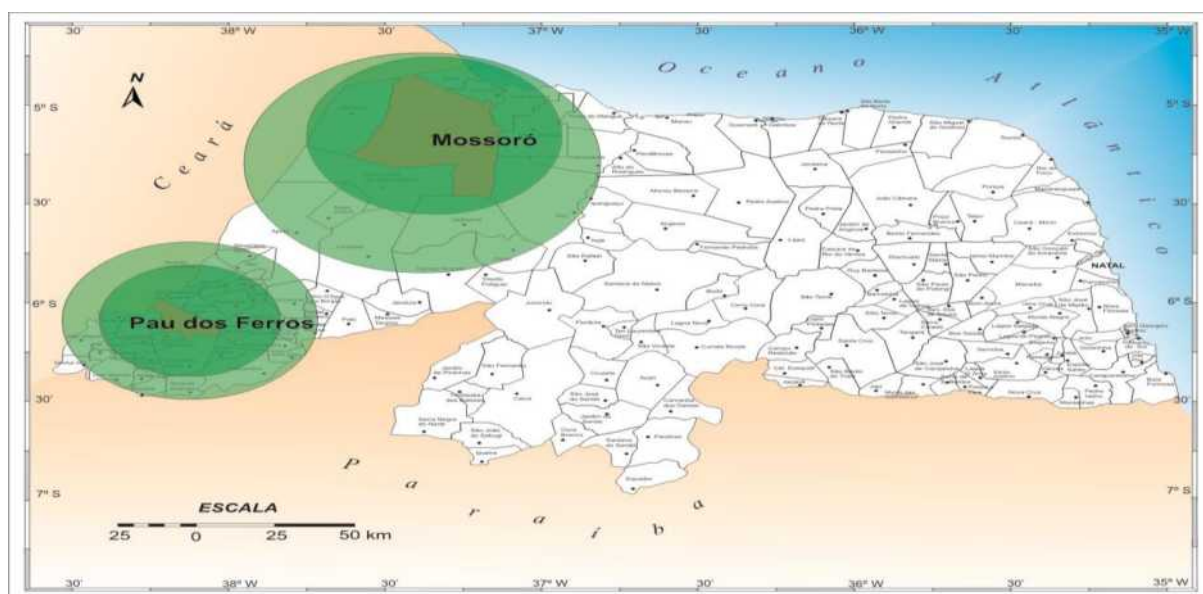
De acordo com o REGIC 2007, no topo da hierarquia estão as metrópoles, que se constituem nos 12 principais centros urbanos do país; em seguida as capitais regionais, 70 centros que se relacionam com o extrato superior da rede urbana, com capacidade de gestão imediatamente inferior à das metrópoles e com área de influência regional, no Rio Grande do Norte, encontram-se nesta categoria Natal (nível A) e Mossoró (nível C); em terceiro lugar na hierarquia estão os centros sub-regionais, 169 centros com atividades de gestão menos complexa entre os níveis 5 e 6, e área de atuação mais reduzida, estão nesta categoria Caicó e Pau dos Ferros (nível A) e Açu e Currais Novos (nível B). (IBGE, 2008)

Em termos dos centros superiores, não há mudanças significativas em relação a estudos anteriores, como o REGIC 2000, entretanto no nível estadual há algumas alterações que achamos interessante destacar, são os casos de Pau dos Ferros que ascende a centro sub-regional A e inversamente, Nova Cruz que era centro sub-regional e nesta última classificação aparece apenas como centro local. (IBGE, 2008).

Neste ensaio, entretanto, nos limitaremos a estudar o caso de Pau dos Ferros. A escolha se dá por dois motivos: pela ascensão apresentada no último REGIC; e por estar espacialmente situada em localização privilegiada, através da qual exerce uma importância geo-econômica fundamental no interior do Rio Grande do Norte, liderando uma mesorregião composta por 234.971 habitantes. Influência esta que ultrapassa as fronteiras do RN e avança em direção à Paraíba e ao Ceará, fazendo com este último Estado, inclusive fronteira física.

Estas pequenas cidades ficam, portanto, subordinadas a Pau dos Ferros, que abriga o maior número de tipos e de estabelecimentos comerciais, sem falar na concentração das maiores áreas de mercado e população. Para Lima e Bezerra (2009), a disposição geográfica das cidades na região favorece esse cenário, uma vez que outros centros maiores, como Mossoró-RN e Sousa-PB, ficam relativamente distantes da sede urbana de Pau dos Ferros. (Ver Mapa).

¹⁴ O número de relacionamentos é calculado como o número de vezes em que, no questionário da pesquisa, o centro foi mencionado como destino. (IBGE, 2008, p. 11)



Cartografia: Josué Alencar Bezerra, out. 2009.

Fonte: Lima e Bezerra (2009)

Mapa 1 - Área de influência das cidades de Pau dos Ferros e Mossoró no Oeste do Rio Grande do Norte.

Como forma de entendermos melhor nosso objeto de estudo, apresentaremos alguns dados recentes de Pau dos Ferros e compararemos com os dados dos demais municípios do RN classificados como centros sub-regionais.

Tabela 1 - População e Produto Interno Bruto (municípios selecionados - 2005)

Município	População	PIB Total	Agropecuário	Industrial	Serviços	Impostos	Classificação
Açu	51262	209102,15	9962,81	70869,15	118181,93	10088,26	Centro sub-regional B
Caicó	60656	243111,22	18883,44	21652,79	182179,22	20395,77	Centro sub-regional A
Currais Novos	42066	162133,33	19697,48	16752,44	113113,47	12569,94	Centro sub-regional B
Pau dos Ferros	26728	99964,65	3673,25	8646,82	79777,13	7867,44	Centro sub-regional A

Fonte: IBGE (2008) - Banco de Dados. Elaboração da autora.

A preponderância do setor terciário está presente em todos os municípios selecionados, com percentuais que variam entre 56,52% em Açu e 79,94% em Pau dos Ferros. Outra característica marcante no Estado é a presença da administração pública na economia dos municípios, conforme pode ser observado na tabela 2, a participação do setor público nos serviços é sempre maior que 38%, chegando a 53,71% em Açu.

Tabela 2 - Participação da administração pública no valor dos serviços (municípios selecionados - 2005)

Municípios	PIB serviços	Administração Pública	Adm. Pública/Serviços
Açu	118181,93	63477,05	53,71
Caicó	182179,22	71357,90	39,17
Currais Novos	113113,47	51106,08	45,18
P Ferros	79777,13	36450,32	45,69

Fonte: IBGE (2008) - Banco de Dados. Elaboração da autora.

Além da presença significativa do setor terciário, e dentro deste, da administração pública nos municípios citados, retomaremos os “elementos essenciais” levantados por Correa (2007), para a definição das cidades médias, e utilizados pelo próprio IBGE na definição dos centros, que hierarquizam a rede urbana brasileira, dentre os quais se destaca a função de gestão do território. Para o IBGE,

Centro de gestão do território [...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes das empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas. (CORREA, 2005 apud IBGE, 2008, p. 131).

Na tabela abaixo, podemos visualizar os níveis de gestão quantificados pelo IBGE¹⁵, para os municípios selecionados.

Tabela 3 - Níveis dos centros de gestão, segundo o REGIC - 2007

Municípios	Gestão Territorial ¹	Gestão Federal ²	Gestão Empresarial ³
Açu	5	6	8
Caicó	5	6	6
Currais Novos	5	6	7
Pau dos Ferros	5	6	7

¹ Intervalo de 1 a 6 - quanto mais próximo de 1 melhor a situação;

² Intervalo de 1 a 8 - quanto mais próximo de 1 melhor a situação;

³ Intervalo de 1 a 8 - quanto mais próximo de 1 melhor a situação;

Fonte: IBGE (2008) - Banco de Dados. Elaboração da autora.

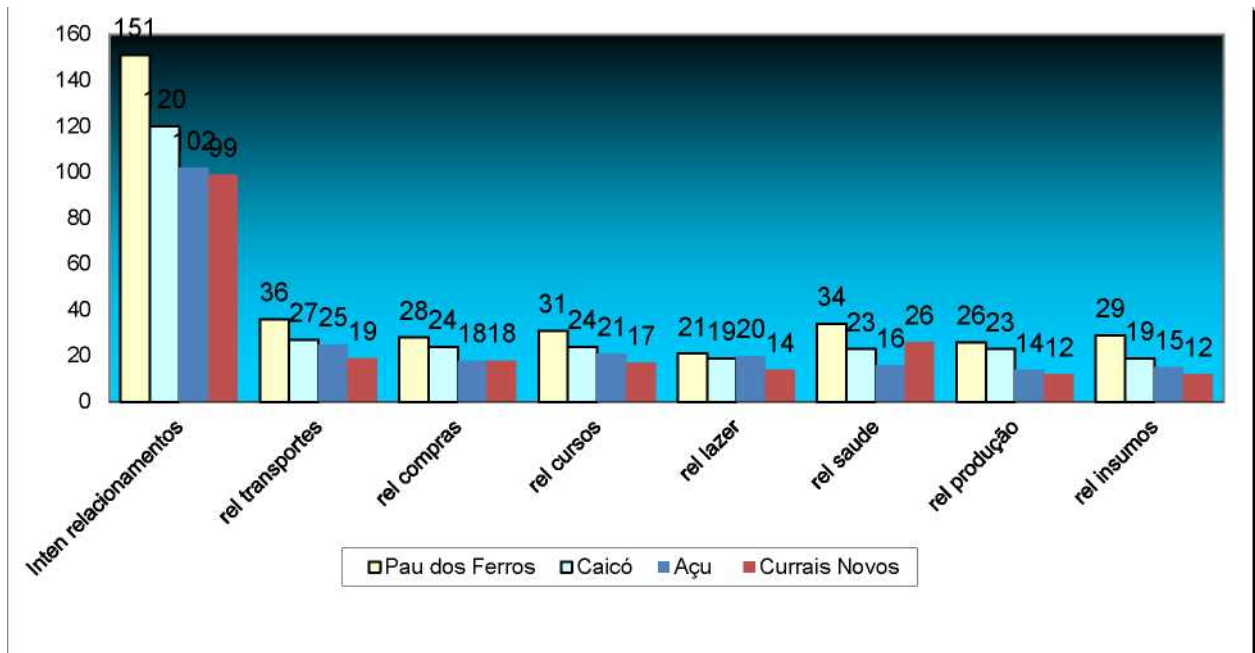
Por esse parâmetro os centros sub-regionais pouco se diferenciam, todos obtêm o nível 5 em gestão territorial, e nível 6 em gestão federal, apenas em termos de gestão empresarial Caicó aparece relativamente melhor, o que nos leva a deduzir que a „elite empreendedora’ ainda é frágil nos municípios em estudo. Em Pau dos Ferros, a gestão empresarial é muito frágil, do que podemos inferir que apesar do destaque nas atividades de comércio no município, o setor ainda não tem dinâmica empresarial expressiva.

Outra variável considerada na classificação dos centros é a intensidade de relacionamentos estabelecidos com as demais cidades da região e com outros centros. Nesta variável Pau dos Ferros assume posição de destaque ao superar os demais centros sub-regionais em todas as variáveis selecionadas, em especial na intensidade de relacionamentos, conforme podemos observar no gráfico 01.

Acreditamos que esse destaque assumido por Pau dos Ferros nos relacionamentos com outras cidades deve-se em grande parte a sua localização às margens de duas rodovias federais (BRs 405 e 226) e a proximidade das fronteiras da

¹⁵ Para a definição dos níveis de gestão, o IBGE utilizou dados secundários referentes à presença de órgãos da administração federal nos municípios e dados do Cadastro Geral de Empresas com os endereços das sedes das empresas.

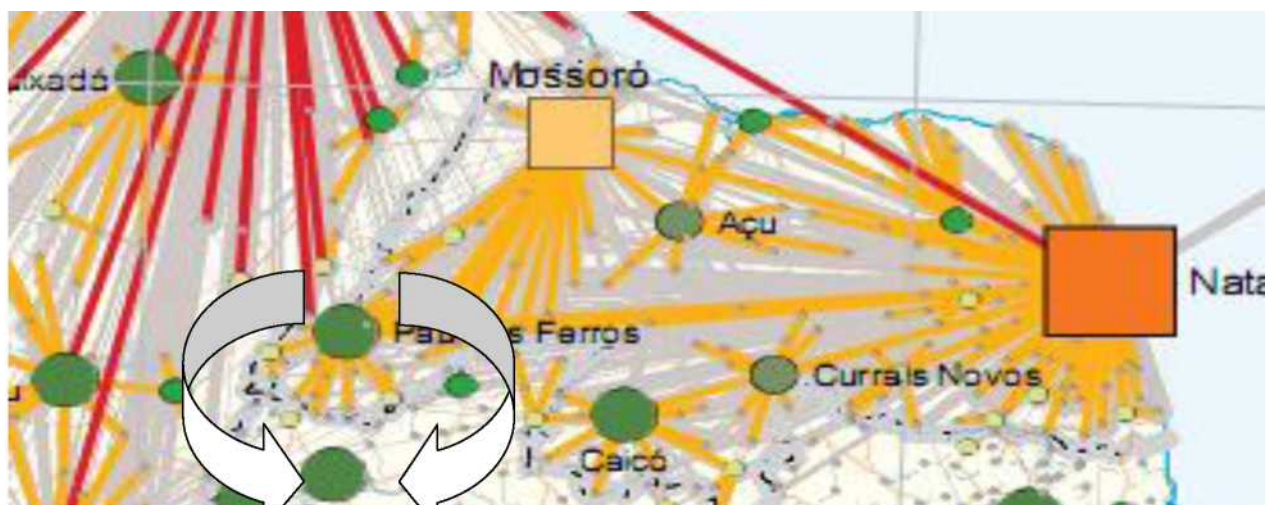
Paraíba e do Ceará. Essa especificidade em relação aos demais centros sub-regionais, bem como a própria distância dos dois grandes centros do Estado (Natal e Mossoró) faz com que haja grande convergência de pessoas em busca dos mais variados produtos e serviços em Pau dos Ferros.



Fonte: IBGE (2008) - Banco de Dados. Elaboração da autora.

Gráfico 1 - Intensidades de relacionamento (municípios selecionados - 2007)

De acordo com Lima e Bezerra (2009), a cidade de Apodí, por exemplo, poderia ser o principal centro da região, entretanto, sua proximidade com Mossoró a torna subordinada e dependente dos serviços e mercados existentes neste Centro. O recorte feito na rede urbana do RN mostra a área de influência e destaca essa peculiaridade de Pau dos Ferros.



Fonte: IBGE (2008) - Banco de Dados. Elaboração da autora.

Mapa 2 - Área de Influência da cidade de Pau dos Ferros-RN, segundo o REGIC.

Diante do exposto, e, tendo em vista a tipologia proposta por Corrêa (2007), apresentada no tópico 2 deste ensaio, na qual, as cidades médias podem ser de três tipos (Lugar central, Centros de drenagem e consumo da renda fundiária, e, Centros de atividades especializadas); acreditamos que Pau dos Ferros apresenta as características do primeiro tipo (lugar central) em virtude da predominância do setor terciário, sentida na diversificada oferta de bens e serviços, inclusive de alguns dos chamados novos serviços, com destaque para os serviços de educação de nível técnico e superior e saúde. Em termos de educação de nível técnico, há no município uma escola do setor privado que atua há mais de 05 anos, e recentemente, foi instalado um Campus do IFRN; no ensino superior, há um Campus da UERN que oferece atualmente 09 opções de cursos de graduação e um Mestrado na área de Letras, o IFRN também oferece cursos de graduação na área das ciências naturais, e existem três faculdades particulares que oferecem cursos no município; os serviços de saúde, públicos e privados também tem se destacado no município, com a presença de 27 estabelecimentos de saúde (12 públicos e 15 privados)¹⁶. Além destes a cidade conta com boa estrutura viária o que além de facilitar o fluxo, permite a oferta vários serviços de transporte; destaque-se também a presença de órgãos da administração estadual e federal, os quais tem se ampliado no período recente. Ressalte-se ainda a área de influência, no interior do Rio Grande do Norte, superior aos demais centros sub-regionais e superada apenas pela cidade de Mossoró.

Importante destacar, que as mudanças ocorridas nos últimos anos com o programa de interiorização do ensino superior, inicialmente no âmbito estadual com a ampliação dos cursos superiores no Campus da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN em Pau dos Ferros em 2004 (03 para 07 cursos) e posteriormente (2009) a instalação de um Campus do Instituto Federal de Educação Tecnológica na cidade tem contribuído de forma significativa para a dinamização da economia na cidade com destaque para o aumento dos serviços de hospedagem e alimentação e crescimento do setor imobiliário, bem como para a ampliação da área de influência de Pau dos Ferros, que como dito anteriormente ultrapassa as fronteiras do RN¹⁷. Basta dizer que as duas Instituições juntas têm em conjunto mais de 300 servidores entre docentes e técnicos cuja maioria passou a residir na cidade e recebem hoje mais de 2000 alunos provenientes de mais de 40 municípios do RN e de uns 15 municípios dos vizinhos estados do Ceará e da Paraíba.

Em relação aos dois outros tipos de cidades médias apontados por Corrêa, (Centro de drenagem e Centro especializado) não visualizamos nesta primeira abordagem, as principais características apontadas na tipologia. Em relação a centro de drenagem da renda fundiária, o fato da região do Alto Oeste estar encravada no semi-árido e ter sua estrutura fundiária composta por minifúndios, que em sua grande maioria tem a produção direcionada para sua família, e comercializa apenas o excedente, faz com que a renda auferida no setor seja muito reduzida; e em termos de atividades especializadas, também não há em Pau dos Ferros até o momento setores avançados ou elite empreendedora que permitam o desenvolvimento de atividades destinadas ao mercado nacional ou internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da discussão, observamos que as mudanças ocorridas na economia mundial, impulsionadas pelo processo de reestruturação produtiva, exerceram um papel condicionante, no que se refere à determinação da distribuição espacial da produção e da riqueza.

¹⁶ IBGE (2006)

¹⁷ 18 Como a base de dados utilizada no REGIC para quantificar as áreas de influências é de 2004, essas mudanças não foram captadas pelo documento publicado em 2008.

No Brasil, país de “*industrialização tardia*”, o crescimento econômico se mostrou altamente concentrado, quando se observou de um lado o favorecimento à existência de grandes metrópoles, e do outro, a permanência de um grande número de pequenos municípios. O fato é

que, a tentativa de desconcentração industrial, a partir da década de 1970, financiada pelo Estado, só veio a favorecer o crescimento de algumas poucas cidades médias no interior do país.

Entretanto, as mudanças na estrutura produtiva fruto das movimentações do capital com fins a reproduzir-se, principalmente após a abertura comercial nos anos 1990, reduziram essa desconcentração. O que restou dos investimentos estatais após a crise dos anos 1980, foi direcionado para locais mais atrativos à lógica do mercado e não mais com fins direcionados às políticas de desenvolvimento regionais.

No Nordeste, por exemplo, algumas poucas cidades atuam como tecnopolos e outras são pólos de exportação de fruticultura irrigada, identificando-se, as demais cidades nomeadas como cidades médias, apenas pela diversidade e, não, pela complexidade, do setor terciário. No Rio Grande do Norte, além da capital Natal, que concentra as atividades administrativas, industriais e de um terciário mais complexo, temos a cidade de Mossoró, que além da fruticultura, desenvolve as atividades da indústria petrolífera e salineira.

O que nos chamou atenção na última publicação do IBGE sobre a Região de Influência das Cidades, foi a classificação da cidade de Pau dos Ferros como Centro Sub-Regional A, mesmo tendo, a mesma, pouco mais de 26 mil habitantes.

A análise de algumas variáveis coletadas pelo REGIC 2007, juntamente com as especificidades de localização do município nos permitiram constatar que Pau dos Ferros apresenta elementos tidos como essenciais na definição das cidades médias, como: a presença e ampliação de órgãos da administração federal, nas áreas jurídicas, de tributação e previdenciária, e de uma diversidade na oferta de bens e serviços, com destaque para educação superior e técnica e saúde, e, principalmente uma área de influência regional relativamente grande, que ultrapassa a fronteira do Rio Grande do Norte, chegando a cidades do Ceará e da Paraíba. A intensidade dos relacionamentos, apresentada pelo IBGE é uma das características mais relevantes para que essa cidade esteja entre os centros de gestão do Estado potiguar, podendo ser considerada uma Cidade Média em formação.

Vale ressaltar, que esta pesquisa está apenas no início e que muitas outras variáveis precisam ser levadas em consideração para a análise, com fins a conhecer melhor a cidade em estudo, e suas relações com a região de influência, que como já destacamos vai além dos limites do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE; Thompson, A.; SERRA; Rodrigo V.; SANTOS, Denis P. Pobreza nas cidades médias brasileiras. In: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Dimensões da precarização estrutural do capital. In: DRUCK, G; FRANCO, T. (Org.) **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARAÚJO, Tânia Barcelar. Nordeste, Nordestes: que Nordeste. In: AFFONSO, R. de B. A.; SILVA, P. L. B. **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP - UNESP, 1995. p. 125-56.

_____. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro:

REVAN, 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEZERRA, Josué Alencar, Pequenas cidades do Alto Oeste Potiguar: registros sobre a realidade socioespacial. IN: **Anais** do XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo/SP, jul. 2008, 13p. (cd-room).

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2007.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970, 1970-1995**. Campinas/SP: UNICAMP/IE, 1998.

CARVALHO, Inaiá M. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. In: *Eure*. Vol. XXXII, N° 95. *Santiago de Chile*, Maio de 2006.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal/RN: Ed UFRN, 1995.

_____. Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste. Natal/RN, 1997. (texto mimeo).

_____. Rio Grande do Norte: novas dinâmicas, mesmas cidades. In: GONÇALVES, Maria

Flora; BRANDÃO, Carlos A.; GALVÃO, Antonio C. F. **Região e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora da UNESP; ANPUR, 2003.

CORREA, Roberto L. Construindo o conceito de Cidade Média. In: SPOSITO, Maria da Encarnação B. (org.) **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DANTAS, Joseney R. Q. Crescimento econômico com distribuição de renda: um desafio para o Rio Grande do Norte. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABER, 5, out. 2007, Recife/PE. **Anais...** Recife/PE: Ed. da UFPE, 2007, 17p.

_____. ; SILVA, Franciclécia S. B. **O trabalho informal no Nordeste: precarização ou alternativa à desestruturação do mercado de trabalho brasileiro?** In: ENCONTRO REGIONAL DA ABET, 6, mar. 2007, João Pessoa/PB. **Anais...** João Pessoa/PB: Ed. da UFPB, 2007, 25p.

GONÇALVES, R. **Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FARIA, Vilmar. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. In: **Anais** do I Encontro da ABEP, 1978, p. 89-110.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 9 ed. São Paulo: Loyola, 1989

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Assistência Médica Sanitária**: situação em 2005. IBGE, 2006. Disponível em:

[ftp://ftp.ibge.gov.br/IndicadoresSociais/Assistencia Medico Sanitaria/2005/Municipios/](ftp://ftp.ibge.gov.br/IndicadoresSociais/Assistencia_Medico_Sanitaria/2005/Municipios/)

Acesso em: 05 de novembro de 2010.

_____. **Contagem Populacional**. IBGE, 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>

[estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_11.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_11.pdf). Acesso 19 out. 2009.

_____. **Região de Influência das Cidades - 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. Censo 2010. **Dados preliminares**. IBGE, 2010. Disponível em:

[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados divulgados/index.php?uf=24](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=24). Acesso em: 05 de

novembro de 2010.

IICA - INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA -. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste**: Volumes 2 e 3. Natal/RN: IICA, 2006.

LIMA, Keliane Q.; BEZERRA, Josué A. Pau dos Ferros: centro polarizador das pequenas cidades do Alto Oeste Potiguar. In: Encontro Estadual de Geografia Northeriograndense, 16, Nov. 2009, Natal/RN. **Anais...** Natal/RN, 2009, 8p.

MORAIS, Ione R. Diniz. **Desvendando a cidade**: Caicó em sua dinâmica espacial. Brasília: Ed. do SENADO, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. de. **Elegia para uma re(li)gião**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

POCHMMAN (2004) (Org). **Reestruturação produtiva**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PONTES, Beatriz M. S. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, Maria E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.) **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão popular, 2006.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Nobel, 1998.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

VELTZ, Pierre. *Mundialización, ciudades y territorios: la economía de archipiélago*. Barcelona/ES: Editorial Ariel, S.A., 1999.